

A Igreja é a comunidade dos que, pelo batismo, são mergulhados na morte de Cristo e renascem para uma vida nova. Seus membros vivem o mistério de Cristo, se alimentam do seu corpo e sangue e são chamados a oferecer a própria vida como serviço solidário aos outros, a exemplo de Cristo. Todo cristão batizado é sacerdote, profeta e rei. A Igreja é, assim, Povo de Deus que tem no carisma da vocação laical um lugar importante. Todo cristão é um ministro, um servidor, alguém chamado a dar testemunho dos valores escatológicos. A ministerialidade dos leigos não é menor ou menos radical do que aquela vivida por qualquer outro segmento do Povo de Deus. Para isso, é fundamental que nossas celebrações eucarísticas sejam inculturadas, favorecendo a adoração e a libertação humana, como ação de graças à ação de Deus no mundo conduzindo e reordenando a história.

Abstract: The Church is a community of faith integrating its members through the sacrament of baptism. The faithful are inserted into the death of Christ and are elevated spiritually to a new life. They are united to Christ as the Risen Lord and nourished by his body and blood in the Holy Eucharist. Following the example of Christ they are called to offer their life to the service to others in a spirit of solidarity and engaged in a differentiated way in the performance of duties while exercising analogously the role of priest, prophet, and king. The Church is organized as the People of God that is endowed with many charisms. It is to be noted that the laity have an important role in all Pastoral Activities, so much so that every Christian has the function of ministry in order to witness to the validity of eschatological truths. The ministry of the laity performing various tasks in the Church nonetheless is not inferior or less radical in evangelical authenticity as compared to other segments of the People of God. From this point of view our Eucharistic celebrations should pursue the aim at being inculturated, so as to give incentive to the spirit of adoration and human liberation within the rite of thanksgiving to God for his action and guidance of the course of history.

A Eucaristia e a Ministerialidade Laical

*Maria Clara Lucchetti Bingemer**

* A autora é Doutora em Teologia Sistemática e professora da PUC do Rio de Janeiro.



A Igreja é a grande comunidade dos que vivem em suas pessoas e em suas vidas o mistério de Cristo, dos que são batizados, dos que foram mergulhados na morte de Cristo e renasceram para uma vida nova, voltada para fora de si, de serviço e dedicação aos outros e de construção do Reino. É igualmente a comunidade dos que se alimentam do pão vivo que é o próprio Cristo e são chamados a alimentar outros com seu próprio corpo, com sua própria vida, a exemplo de Cristo.

A partir daí, da missão, se organiza a Igreja, que será uma comunidade viva, encontrando nos múltiplos ministérios o caminho de sua ministerialidade constitutiva, construída a partir não de cargos previamente estruturados que determinam a importância de cada membro da comunidade dentro do todo, mas a partir da missão que se inicia na própria vida de Deus, nas missões do Filho e do Espírito que, procedendo do Pai, vêm ao encontro do mundo e do ser humano. Dentro deste modelo de Igreja, o carisma da vocação laical ocupa um lugar central, pois define a Igreja diante do mundo. Outras vocações não têm essa centralidade. Mas sem dúvida é através desse carisma dos batizados, de povo de Deus, dos cristãos sem adjetivos como são os leigos, que a Igreja se faz presente no mundo e se coloca a serviço deste.

Nossa reflexão pretende caminhar no sentido de mostrar alguns aspectos da relação que existe entre Eucaristia e ministerialidade laical. Isso que a primeira vista poderia parecer uma difícil relação, uma vez que a Eucaristia visibiliza com mais evidência a pessoa daquele que preside, sempre e necessariamente presbítero, há alguns veios bastante ricos da vivência eucarística dos leigos que podem inspirar e iluminar fecundamente seus ministérios.

Em busca de um novo modelo eclesial

Nos dias de hoje, a Igreja vem lutando, com coragem e determinação, para re-encontrar o modelo que a define como Povo de Deus, presente nas fontes da revelação e da vida cristã. Isso a vem obrigando, igualmente, a navegar em águas mais profundas e mover-se em terrenos talvez mais movediços e complexos, a fim de ser capaz de fazer-se ouvir em meio ao tumulto do mundo de hoje, eivado de tantos apelos e tantas possibilidades.

O Concílio Vaticano II certamente trouxe, neste sentido, uma grande e significativa contribuição. Pois não apenas o Concílio fala muito e positivamente dos leigos como membros plenos da Igreja, em vários de



seus mais importantes documentos, como também alguns movimentos leigos apostólicos, muito ativos nas décadas anteriores ao Concílio, deram aos Padres Conciliares um material importante e inspirador para poder avançar através de várias superações em direção a uma eclesiologia mais integrada e de comunhão.¹

Nesse sentido, não apenas o Concílio procura superar a definição do leigo pelo negativo (= o que não é clero, o que não é monge, o que não é religioso) como também e igualmente proclama e consagra uma definição de Igreja – muito concretamente, na Constituição Dogmática “*Lumen Gentium*”² – como Povo de Deus, onde todos são membros plenos. A condição cristã comum de membro do Povo de Deus é anterior, – teológica e cronologicamente, – à diversidade de funções, carismas e ministérios.

Toda a comunidade eclesial, portanto, segundo esta concepção, é ministerial, apostólica, carismática e profética. E todo batizado, pelo fato de estar inserido em Cristo pelo seu batismo, é sacerdote, no sentido do louvor e da mediação. A vida do batizado será – e em última análise, o próprio sacramento do Batismo o é – o fundamento do sacerdócio comum dos fiéis. Todo batizado, seja ele ou não um ministro ordenado, é chamado, em virtude do seu Batismo, a oferecer culto a Deus. E este culto fundamental é o oferecimento da própria pessoa a Deus com todas as suas conseqüências.³ Aí já está dado, portanto, o fundamento necessário para considerar a vocação cristã como o chão comum da qual surgirão todas as vocações que formam o tecido multicolor e pluriforme da comunidade eclesial. Aí está também já um primeiro fundamento da possibilidade de entender a ministerialidade laical em sua dimensão eucarística.

Embora reconhecendo todo o avanço que este documento, assim como todo o Concílio em geral, traz para a Igreja e muito concretamente para todas as categorias de cristãos, não se pode deixar de reconhecer que hoje, com a distância histórica que do evento conciliar temos, nos é permitido identificar alguns pontos nos quais os documentos conciliares poderiam avançar ainda mais.

1 Deve-se citar, sobretudo a Ação Católica, assim como os movimentos bíblico e litúrgico, de enorme importância no pré-Concílio.

2 *Lumen Gentium* 31

3 Rom 12,1; LG 10



Creemos poder afirmar que nos documentos conciliares, o leigo ainda é definido juridicamente e pelo negativo: aquele que não é clérigo, religioso ou a quem não foi dado, na Igreja, um carisma ou uma vocação ou ministério especial e tem a seu favor “apenas” o Batismo. E que lhe é destinado como campo de trabalho apostólico apenas o mundo secular. Essa definição de leigo estrutura a Igreja, segundo a concepção conciliar, quanto a sua composição e formação, com base numa dicotomia e contraposição centrais: a contraposição *clero X laicato*, à qual se alia outra: a contraposição *religiosos X não religiosos*. Isto nos conduz à percepção de que nos documentos conciliares e, em especial, na constituição dogmática *Lumen Gentium*, ainda coexistem duas concepções eclesiológicas: uma eclesiologia jurídica e uma eclesiologia de comunhão.⁴

Em termos de avanço possível para uma concepção mais adequada do que seria a vocação cristã, a posição conciliar ainda traz, portanto, a nosso ver, uma sutil dificuldade e discriminação. Por um lado, confina o leigo e a vivência possível de sua vocação ao campo do secular e do profano, declarando-o, conseqüentemente, não autorizado a considerar-se vocacionado e apto a ocupar-se das coisas propriamente “sagradas” ou “de Deus”. Aí estariam incluídos: o estudo e ensino da teologia, bem como a pesquisa e publicação teológicas; o magistério da orientação espiritual e o acompanhamento de pessoas em sua caminhada cristã; a participação na liturgia a nível organizador e produtor de símbolos, e não apenas consumidor do que é oferecido pelo clérigo.

Desde outro prisma, igualmente, esta otimista e entusiasta valorização do terrestre e do temporal que encontramos nos textos conciliares pode trazer alguns riscos para a própria visão de mundo e concepção de vocação cristã, o que nos dias de hoje pode ser bastante perigoso. Nela está latente, por exemplo, o risco de obscurecimento da especificidade daquilo que é e em que implica a radicalidade de tal vocação, oriunda do sacramento do Batismo, confirmada na Crisma e expressa de maneira excelente e plena justamente na Eucaristia, que é o sacramento da transubstanciação do corpo e da partilha do pão.

Referimo-nos ao risco de desconhecer a realidade de que existe um aspecto do “mundo” que não leva a Deus. Portanto, esconde-se aí o

4 Cf. a esse respeito A. ACERBI, *Due Ecclesiologie: Ecclesiologia giuridica ed Ecclesiologia di comunione nella LG*, Bologna, Dehoniane, 1975



risco de menosprezar a validade e a pertinência de toda uma tradição ascética cristã na busca da fidelidade ao chamado de Deus e da união com Ele, que agora pareceria descartada como fora de moda ou de lugar.⁵

Se nos tempos de sacralidade difusa e confusa que são os nossos⁶, muito facilmente chamamos de contato com Deus ou de experiência mística a toda e qualquer busca de sensação “espiritual”, conseguida às vezes com recursos artificiais outros que não a relação que se instaura e se aprofunda unicamente na gratuidade, na escuta e no desejo, estaremos traindo a concepção mesma de vocação, de experiência de Deus e de mística que até hoje tem marcado toda a tradição cristã ocidental e que se encontra no coração da identidade daquilo que por isto se tem entendido e se entende.

Por outro lado e ainda mais, está talvez o risco igualmente aí implícito de ignorar que todas as condições de vida, inclusive no interior da Igreja, têm uma dimensão mundana, sócio-política. Se assim é, todos os aspectos da vida, inclusive os intra-ecclesiais, implicam em uma resposta feita de ressonâncias igualmente “mundanas”, político-sociais, já que ninguém é neutro frente aos desafios históricos diante dos quais é posto. A pretensa neutralidade em relação ao real quando se trata das coisas do Espírito está bem próxima do mascaramento – voluntário ou involuntário – de ideologias e interesses, e é tão perigosa para uma teologia e espiritualidade sadias como o entusiasmo desordenado e ingênuo pelas realidades terrestres.⁷ Levar este ponto a sério pode significar um quadro de mudanças e avanços bastante significativos na maneira de pensar e entender a vocação cristã e a ministerialidade que lhe é inerente.

Em algumas tendências teológicas mais recentes, no entanto, percebe-se nitidamente a tentativa de superação das contraposições acima mencionadas. Questiona-se se não seriam empobrecedoras ou mesmo um tanto redutoras da amplidão do espírito da eclesiologia conciliar, baseada sobre a categoria totalizante de Povo de Deus.⁸

5 Cf. Y. CONGAR, em *Dictionnaire de Spiritualité (DSp)* t. IX, col. 79, verb. *Laïc et laicat*, op. cit., pg 102

6 V. sobre isso F. DO COUTO TEIXEIRA, O Sagrado em novos itinerários, in *Vida Pastoral* 41 fsc. 212(maio-junho 2000), pp 17-22 . Aliás, todo o número da revista traz artigos importantes e significativos para esta questão .

7 Cf. o que sobre isso diz B. FORTE, *A missão dos leigos*, SP, Paulinas, 1987 , pg 41

8 Cf. as Teologias de B.FORTE, Y. CONGAR, J. COMBLIN, etc.



Essas teologias mais recentes propõem a superação das citadas contraposições por meio de um novo eixo, feito de tensão dialética: o eixo comunidade – carismas, ministérios. Assim a Igreja redescobriria sua vocação de comunidade batismal englobante, no interior da qual as vocações são ouvidas, acolhidas e assimiladas pelo todo da Igreja; os carismas são recebidos e os ministérios exercidos como serviços em vista daquilo que toda a Igreja deve ser e fazer. A vida espiritual de todo o Povo de Deus pode beber do mesmo Espírito que não discrimina suas maravilhas segundo as categorias jurídicas, derramando-as com total prodigalidade e generosidade sobre todos aqueles e aquelas que, pelo Batismo, foram enxertados no mistério de Cristo e, pela Eucaristia, são dia a dia identificados e incorporados a esse mesmo Cristo, passando a encontrar nele o mais profundo e verdadeiro de sua identidade. E pode, sem riscos de “inadequação”, encontrar pela via da inspiração as diferentes expressões deste Espírito no mundo e na história, na vida pessoal e comunitária.

Em uma Igreja assim configurada, os ministros ordenados são os servos da comunidade; os religiosos são como que sinais e testemunho dos valores escatológicos para todos. E os chamados – um tanto inapropriadamente – “leigos”, não deixam de viver uma consagração e uma ministerialidade, que não é menor ou menos radical do que aquela vivida por qualquer outro segmento do Povo de Deus. Mais: todos os batizados são chamados a exercer essa ministerialidade em todos os níveis da vida cristã, a partir da originalidade irrepetível de sua própria vocação. Trata-se, portanto de uma Igreja que traz uma abertura maior, que ultrapassa inclusive a concepção de vocação entendida apenas *ad intra*. Neste sentido, todo cristão é um ministro e os cristãos leigos são chamados a viver a sua ministerialidade de maneira especialmente forte para fora das fronteiras propriamente eclesiais, atingindo com seu ardor missionário todas as situações do mundo, por mais difíceis, ambíguas e conflitivas que sejam.

Neste particular, a Igreja oriental pode talvez fornecer pistas valiosas, no sentido de que foi mais capaz de conservar e preservar os pontos nodulares da teologia bíblica e da concepção que esta traz do cristão, da sua vocação e identidade. Para a Igreja oriental, todo membro do povo – “*laós*” – de Deus, qualquer que seja seu lugar dentro do conjunto deste povo, é “pneumatóforo”, ou seja, “portador do Espírito”,



em virtude da dimensão visceral e profundamente pneumática dos sacramentos da iniciação cristã: o batismo, a crisma e a eucaristia.⁹

Carismático porque ungido pelo Espírito, todo batizado é rei, sacerdote e profeta na unidade do povo de Deus (“laós théou”). E o povo de Deus, assim formado, inclui todas as vocações e não apenas os leigos opostos ao clero. Mas sim o *pleroma* do Corpo de Cristo, onde todos são leigos (porque povo) e sacerdotes (em virtude dos sacramentos) e onde o Espírito diferencia os carismas e os ministérios.¹⁰

Se adotarmos esta perspectiva e dela aprendermos, parece-nos, portanto, impróprio continuar falando em termos de vocação e ministério apenas no sentido direcionado ao sacerdócio ministerial ou à pertença às ordens e congregações religiosas. Impróprio seria igualmente permanecer aferrado a diferenciações que identificariam uma espiritualidade adequada para o clero, outra para os religiosos e outra ainda mais própria aos leigos ou mesmo “leiga” ou “laical”. Não teria sentido nem cabida dentro de tal visão de Igreja. Na verdade, se a Igreja em que cremos é aquela composta por todos os cristãos batizados, ou seja, por todos aqueles – homens ou mulheres – que encontram sua identidade e sentido de vida na pessoa de Jesus Cristo e na abertura a Seu Espírito, as vocações e os ministérios – todos eles – apontam em uma só direção: a santidade, entendida como a radicalidade da vida cristã.

Uma espiritualidade simplesmente cristã

A espiritualidade que sustentaria tal diversidade de vocações, portanto, não poderia ser outra senão a espiritualidade mesma da vida cristã. O batizado, incorporado a Cristo, ungido pelo Espírito e alimentado e nutrido por seu corpo e sangue, é partícipe das riquezas e responsabilidades que a vida de Cristo, derramada em sua pessoa e através dela, lhe dá. E por isso, não é menos “consagrado” nem menos vocacionado, nem menos ministro, que outros. O fundamento da vida de todo cristão continua a ser a consagração batismal e é desta que decorre

9 Cf. O. CLEMENT, L'Eglise, libre catholicité des consciences personnelles. Point de vue d'un théologien de l'Eglise orthodoxe, in *Le Supplément* 155 (1985) PP 55-56.

10 Ibid. Importa no entanto fazer a ressalva que já mesmo na teologia do Ocidente se encontram tendências nessa direção. V., por exemplo, a afirmação de B. FORTE, op cit., pg 31, no sentido de que a eclesiologia que emerge de uma concepção não “compartimentada” do Povo de Deus é uma *eclesiologia total* e a *laicidade* passa a ser assumida como dimensão de toda a Igreja presente na história.



sua vida espiritual e a vocação pela qual se configurará seu ministério e seu serviço à Igreja e ao Reino de Deus.¹¹

O fato de que nesta única espiritualidade existam diferentes carismas e vocações não elimina a constatação de que ela encontra sua raiz num único chão: o do Evangelho de Jesus Cristo, do qual se depreende somente toda e qualquer experiência de vida no Espírito que reivindique para si o nome de cristã. Conforme esta espiritualidade for sendo vivida por diferentes categorias de pessoas, em diferentes situações e caminhos, se poderá falar de multiplicidade de vocações para viver o chamado do mesmo Deus. Enquanto é bom e rico que haja ministérios múltiplos, nos quais se realizam o dom e o compromisso de cada batizado, fazer demasiada ênfase nas diferentes categorias de **laicato**, contrapondo-as ao **clero** ou **à vida religiosa**, só vai resultar em uma abstração negativa, que empobrecerá toda a vida eclesial.¹²

É nesta encruzilhada resultante de dois mil anos de história que a vida cristã se encontra e, em meio a ela, os cristãos inadequadamente chamados “leigos” que buscam há muito, trabalhosa e pacientemente, o perfil de sua identidade em meio ao povo de Deus. Esse número majoritário de cristãos que há tantos anos são considerados e tratados como cidadãos de segunda categoria dentro da Igreja, mas que permanecem com grande sede espiritual e imenso desejo de santidade, encontram-se insatisfeitos e perdidos, em busca de um caminho que lhes seja possibilitado a fim de viverem plenamente sua vocação e missão.

Trata-se – para o cristão batizado, qualquer que seja ele – de uma consagração existencial, ou seja, de fazer da própria vida um sacrifício que seja agradável a Deus. Tudo que o leigo é e faz, portanto, é parte dessa sua consagração primordial do Batismo, como membro pleno do Povo de Deus.

O Batismo é, portanto, a consagração cristã por excelência, e todo cristão que passa por suas águas torna-se então, outro Cristo, ou seja, representante ou vigário de Cristo no mundo. Pela unção do Espírito, é estabelecida desta forma uma correspondência entre a vida do cristão e a de Cristo.

A vida de Cristo será então o exemplo predecessor e gerador de um estilo de vida. E para o cristão, o que importará somente será receber

11 Cf. B. FORTE, op. cit., pp 31. 35

12 Cf. B. FORTE, op. cit., pg 37



seu Espírito, segui-lo em sua vida, assumindo seus critérios e atitudes. A consagração batismal instaurará, então, uma correlação entre Cristo e o discípulo, na qual o Espírito é o consagrante e o cristão, o consagrado. E a vida cristã será, portanto, toda ela, uma vida eucarística.

Nos tempos que correm, quando a sede de Deus é enorme e permeia todas as classes sociais e as categorias de pessoas, essa dimensão eucarística de toda a vida humana interpela e configura de maneira especial os ministérios leigos.

A Eucaristia e a experiência de Deus

É neste exato momento, quando o ser humano deseja e anseia por entrar em comunhão com o divino, com Alguém a quem ele dá o nome de Deus, que se coloca o problema da importância de um sacramento, de um mistério, de uma celebração como a da Eucaristia. Porque é justamente o centro da proposta eucarística permitir aos seres humanos entrar em comunhão com o Deus vivo através dos caminhos extremamente encarnados e palpáveis que são os seus sentidos. Importa, portanto, resgatar, redescobrir e refletir hoje, como ontem, mas talvez hoje mais que ontem, sobre os elementos constitutivos da Eucaristia que poderiam ser canal de abertura e possibilitação dessa experiência de Deus tão buscada e desejada pelo homem e pela mulher deste início de século XXI, que vive a cavaleiro entre uma cultura secularizada e moderna e uma pósmodernidade que re-coloca a questão da experiência de Deus no centro de seu discurso. E a recoloca em termos diferentes e novos, abrindo espaço para a atuação dos ministros leigos.

Como tudo na vida da Igreja, a celebração eucarística deve ser inculturada. Ou seja, deve estar inserida quanto a sua forma, a sua linguagem e à criatividade de seu rito, na cultura do povo com o qual está sendo celebrada. Refletindo com a distância de séculos que nos separam da instituição da Eucaristia, não podemos deixar de assombrar-nos ao tentar interpretar o ser e o agir de Deus no sacramento, entrando efetivamente na história e num mundo atravessado pelo pecado e pelo conflito. Nossa perplexidade cresce mais ainda quando esse Deus não somente entra na história e na carne humana, mas afirma sua transcendência mesma colocando-se a serviço dos homens e mulheres até o ponto de fazer-se seu alimento e a fonte de sua salvação.

No entanto, por mais inculturada que esteja e por mais que procure incorporar ao rito de sua celebração elementos da cultura aonde esta



acontece e se comunica às pessoas, há elementos recorrentes que estão presentes em toda e qualquer celebração e que a caracterizam como verdadeiramente eucarística. São eles¹³:

1. Memorial: Quando dizemos “memorial” em termos eucarísticos, dizemos não apenas uma recordação nostálgica, mas o acontecimento mesmo, acontecendo de novo aos que dele fazem memória. O que é trazido à memória não é apenas uma experiência humana válida e positiva, mas a experiência de um encontro entre Deus e a humanidade cuja validade não pode apreciar-se num nível puramente fenomenológico. Não se trata de ir ao passado para imitá-lo, mas em fazer a partir dele um juízo salvífico sobre o presente, em vistas de um projeto válido para o futuro. Ou seja, não se trata simplesmente de recordar algo que acontece no passado, mas que, mesmo sendo ação de Deus, enquanto passado, teve um fim. Trata-se de tornar presentes, para os que participam e celebram a Eucaristia, as ações salvíficas de Deus no passado. Trata-se de proclamar, hoje, que aquele amor que foi oferecido e representou a salvação de muitos, continua a ser oferecido hoje a nós com as mesmas qualidades. É um amor total, incondicional, escatológico, universal e ao mesmo tempo extrema e apaixonadamente pessoal.

Tudo isto faz com que a celebração eucarística seja, pois, um momento constitutivo da própria comunidade enquanto comunidade de salvação. Por isso é tão legítimo ainda hoje dizer: A Igreja faz a Eucaristia, mas a Eucaristia faz a Igreja. A Eucaristia faz, constitui, cria, a comunidade eclesial que é fundamentalmente comunidade de salvação. E nesta comunidade de salvação todos são igualmente participantes e herdeiros desse futuro que se oferece na experiência do memorial sempre atual e novo. Todos estão sendo transfigurados e transformados pelo amor apaixonado de Deus e oferecidos ao mundo para, por sua vez, transformá-lo. Os cristãos leigos, que estão no mundo, são especialmente convidados a fazer memória constante e incessante desse memorial que abre um futuro de esperança, do qual o amor é o horizonte e o conteúdo básico, por mais negativas que sejam as situações vividas: injustiça, fome, pobreza, violência, conflitos de toda sorte.

Na família, no mundo do trabalho, na política, nas organizações sociais, os cristãos leigos são convidados a ser a memória viva da

13 Seguimos aqui fundamentalmente os elementos que se encontram no verbete redigido por E. RUFFINI, Eucaristia, in *Nuevo diccionario de espiritualidad*, Madrid, 1985, 475-492



comunidade eclesial que não permite a esta esquecer o dom que Deus fez e faz de seu próprio Filho para a vida do mundo.

2. Banquete: O memorial eucarístico se celebra em forma de convite. Convite para participar de um banquete que é memória atualizadora do acontecimento passado, mas também critério verificador da comunhão eclesial de hoje. Há toda uma rica concepção antropológica por trás desta concepção da Eucaristia como banquete. O banquete é festa, lugar onde a comunidade dá vazão à alegria gratuita e à necessidade de celebrar e alegrar-se junta. O banquete também é lugar de rememoração da condição humana dos comensais. Se a refeição tem a finalidade de conservar a vida e fortalecê-la para o trabalho e o serviço, a Eucaristia realiza este objetivo com plenitude e com largueza de horizontes. Trata-se de alimentar-se para ter forças para o trabalho da construção do Reino de Deus. E mais: o alimento não é um alimento perecível, mas, sob as espécies do pão e do vinho, é o próprio Deus encarnado que nos alimenta com Seu corpo e sangue.

Por isso, o banquete eucarístico celebra e ritualiza a nutrição verdadeira e derradeira que nos permitirá, dentro do tempo, viver a eternidade; celebrando a paixão, viver a ressurreição; ritualizando a morte, celebrar a vida. A Eucaristia obriga aqueles e aquelas que dela participam a fazer fraternidade e comunhão em suas vidas, convertendo-se em critério de juízo para avaliar até que ponto a comunidade realmente vive o que está celebrando ou se acaba *comendo e bebendo sua própria condenação* (1Cor 11,29). O banquete eucarístico estrutura a comunidade a partir da lógica do *dar para ser mais* e não sobre a lógica do *ter mais*.

Em tempos de consumismo desenfreado, quando o neoliberalismo quer converter o sujeito humano em mero sujeito consumidor e acumulador de bens, os leigos que se alimentam do Corpo e do Sangue do Senhor são chamados a ser ministros da austeridade e da sobriedade, testemunhando em meio ao mundo que, na contramão dos delírios acumuladores e ambiciosos, existe um modo de viver feito de saída de si, de abnegação, de partilha e de comunhão, que é a fonte da verdadeira paz e felicidade. Os leigos são desafiados a dar testemunho de que não é necessário ser presbítero ou religioso para viver só de Deus como viveu Jesus de Nazaré.

3. Sacrifício: Não – como foi o caso durante muito tempo numa certa concepção espiritual cristã – em perspectiva dolorista e meramente expiatória, mas ressaltando o elemento constitutivo de toda celebração



eucarística e da própria piedade eucarística de encontrar no dom de si, mesmo doloroso e sofrido, o caminho para a salvação. Salvação essa que nunca pode dar-se fora da história ou fora da tensão fecunda entre o individual e o coletivo. Neste sentido, os cristãos leigos são chamados a encontrar seu caminho para viver crucificados para o mundo, crucificados em meio ao mundo. Tal como convida São Paulo, os cristãos leigos são chamados a romper radicalmente seus secretos compromissos com a iniquidade e procurar superar a ambigüidade de suas vidas, “*oferecendo seus corpos como hóstias vivas* (Rm 12,1) e *seus membros como armas da justiça*” (Rm 6,19). Assim, viverão o que comem e bebem, sacrificando (fazendo sagradas) todas e cada uma de suas ações no meio do mundo.

4. Presença real: É a verdade da presença de Jesus Cristo, mais eloqüente que qualquer discurso que sobre ele se possa fazer. A fé proclama que Cristo é o *amém* do Pai, a última palavra que, além de dar sentido completo a todo o processo salvífico precedente, se converte em seu critério interpretativo por excelência. Depois de Cristo, não é já possível nenhum discurso salvífico mais rico ou diferente do que aquele que nos foi proposto nele. A presença real de Cristo, portanto, é um silêncio que interpela, que pede uma resposta. Ao aceitar a presença real e silenciosa de Cristo na Eucaristia, o cristão se compromete a atualizá-la em cada momento e cada lugar.

Neste sentido, portanto, a Eucaristia segue a dinâmica da Encarnação, onde o próprio Deus deseja ardentemente fazer-se alcançável e palpável pelos sentidos humanos, colocando-se perto e passível de por eles ser visto, ouvido, cheirado, saboreado e tocado. Se não houver cristãos leigos, batizados, que se disponham em sua vida ministerial a levar esta presença real até os confins da terra, a Boa nova da salvação não poderá chegar a muitos lugares e a muitas pessoas. Seguramente, a presença dos cristãos leigos em certas situações e latitudes será muitas vezes o único alimento consagrado que muitos poderão comer e beber.

Coerentemente com esta realidade, as celebrações eucarísticas cristãs, portanto, hoje, devem assumir todos os valores positivos dos gestos simbólicos com que os homens e mulheres entendem e expressam os princípios fundamentais da existência e as múltiplas relações que entrelaçam o ser humano com a transcendência e o sagrado por um lado e a realidade infra-humana pelo outro. A celebração eucarística, muito especialmente, tem uma originalidade própria inegável, que não pode reduzir-se apenas ao caráter específico de seus significados, mas se



estende à sua eficácia formativa particular. Pois a Eucaristia dá a visão mais completa da capacidade edificante da atividade cultural da Igreja. A expressão “a Igreja faz a Eucaristia e a Eucaristia faz a Igreja” dá bem idéia do que significa a celebração da Eucaristia para todo o conjunto da vida eclesial e para a santificação do povo de Deus.

Aonde deve conduzir a celebração eucarística?

1. A celebração eucarística deve favorecer a adoração.

Adorar a Deus significa glorificá-lo. E o culto cristão, particularmente nas assembléias eucarísticas, faz isso tendo como pano de fundo o princípio básico de que “a glória de Deus é o homem vivo”. Neste sentido, a adoração eucarística é paradigmática, pois tendo como objeto a pessoa do Filho de Deus Encarnado, que afirma seu senhorio por sua atitude de total doação a esse mesmo homem, converte-se na expressão mais clara da síntese *glória de Deus – libertação humana*. Se o Cristianismo desloca o eixo do Sagrado, do Templo para a pessoa humana, a celebração eucarística carrega em seu fundo e sua forma esta misteriosa e teologal verdade de que tudo que é divino se revela no humano. E a assembléia eucarística que celebra o mistério maior da fé não celebra um culto vertical, desligado da vida humana, mas pelo contrário, deve buscar em seu núcleo aquilo que é o sinal do novo mandamento deixado pelo Salvador: o amor uns pelos outros, a caridade. As severas advertências do apóstolo Paulo aos cristãos de Corinto (1Cor 11,17-34) parecem bastante pertinentes também para nós, cristãos de hoje: em nossas assembléias é essencial que o encontro com Deus seja ao mesmo tempo compromisso com o amor e o serviço aos outros. E nesse sentido a atuação e a colaboração dos cristãos leigos é sem dúvida inestimável.

2. A celebração eucarística é fundamentalmente ação de graças Para que isto aconteça, no entanto, é preciso reconhecer e viver a celebração como o que realmente é: celebração do mistério, do incondicionado que invade o contingente e condicionado tempo e que exige ritos, gestos e atitudes específicas. Se tudo é sagrado, nada mais é sagrado. Em nossas celebrações, há que redescobrir, portanto, um sentido profundo do sagrado na liturgia. Neste sentido, o silêncio é fundamental, mas também a alegria e a ação de graças. O silêncio pertence à linguagem propriamente divina. Por isso, é preciso descobri-lo sempre de novo em nossas celebrações, às vezes um tanto barulhentas e cheias de palavras que terminam não significando aquilo que desejam significar:



a linguagem silenciosa de Deus que persiste em querer doar-se por inteiro à humanidade.

Por outro lado, se o agradecimento é parte fundamental da celebração, importa que ele seja expresso em linguagem ao mesmo tempo inteligível por aqueles que o escutam e dentro dele dialogam, mas não numa linguagem totalmente coincidente com a linguagem cotidiana, o que retiraria o peso de mistério próprio do rito e da celebração.

A celebração eucarística é chamada a significar com sua linguagem, seus ritos, seus símbolos e mesmo com os objetos e gestos litúrgicos, que “tudo é graça” e que celebrar o grande mistério de Deus que se dá em alimento gratuitamente a seu povo só pode ser “ação de graças” humilde e jubilosa. Esse júbilo e a expressão dos corações agradecidos que encontra os lábios e a garganta para se fazerem cantos e orações não tem por que entrar em conflito com o silêncio, mas pelo contrário, com ele deve estar em majestosa harmonia.

Os cristãos leigos, na celebração eucarística, têm portanto o encargo fundamental de descobrir os pontos de sintonia entre a música, o canto, o silêncio e a palavra, que, unidos aos gestos e palavras do presidente formam o tecido multicolor que dá a medida da grandeza do mistério celebrado. Por sua afinidade com o mundo e o gosto estético contemporâneo, poderão ser de inestimável ajuda para que a celebração eucarística encontre sua via de linguagem e comunicação com o corpo eclesial como um todo.

3. A celebração eucarística implica um reconhecimento da soberania divina e uma reordenação do mundo e da história. Neste ponto entra a dimensão de propiciação, de expiação, de súplica de perdão, dirigida a Deus durante a celebração da Eucaristia. A Eucaristia não se atém à lógica da lei, mas mostra a exigência do amor de doação como único caminho para superar o egoísmo e construir um mundo novo e justo. Essa necessidade e súplica por perdão é exigida não dos pecadores, mas também dos justos. E isso expressa claramente que a penitência cristã e o compromisso de reordenamento da vida, além de exigir a eliminação do mal, requer um esforço constante para converter-se continuamente e progredir no bem. A atitude humilde na celebração, reconhecendo a condição de pecadora diante do Deus a quem se adora e agradece dá a uma assembléia eucarística o correto posicionamento que ela é chamada a ter diante d’Aquele a quem celebra. E neste sentido, os cristãos leigos podem trazer as petições de perdão que carregam em



seu coração e que trazem da realidade desfigurada, sofrida e oprimida na qual vivem e a qual representam.

4. A celebração eucarística é o espaço por excelência da súplica de quem se reconhece pobre e proclama que todos os dons vêm do Alto. Na celebração eucarística, sobretudo a Oração Eucarística em si mesma, funda e legitima a petição do ser humano porque o obriga a professar a certeza de sua fé de que tudo é graça e dom de Deus. Por outro, o leva a reconhecer e confessar que tudo nos foi dado em Cristo. E que nada de maior poderá Deus nos dar, já que já nos deu Seu Filho, que também se dá a nós sob as espécies do pão e do vinho. Qualquer outro pedido ou súplica feita pelo crente a Deus não pode ser mais que um prolongamento e atualização do que faz de Cristo a plenitude e a totalidade da graça. Pedir, pois, perdão ou qualquer nova graça a Deus na celebração eucarística não faz mais do que pedir-lhe que continue prolongando sua doação perene na economia da encarnação. E o fato de pronunciar a oração de petição e súplica vai abrindo lenta e pacientemente a inteligência e o coração da assembléia litúrgica para que chegue a amar e querer o que Deus amou e quis em Jesus Cristo. Cria, portanto, no coração do fiel a atitude de pobreza necessária da criatura que tudo espera do Criador, ao mesmo tempo em que experimenta sua proximidade, comendo sua carne e bebendo seu sangue.

Alimentados e desalterados por esse corpo e sangue, os cristãos leigos serão então chamados a ser Eucaristia eles e elas mesmos, a doar suas pessoas inteiramente no serviço aos outros, na Igreja, na sociedade, no mundo. Assim, através deles e delas, a doação de Cristo se prolongará mundo afora, atingindo limites insuspeitados e evangelizando explícita ou implicitamente dimensões muito recônditas e ocultas da complexa trama da realidade.

5. A celebração eucarística revela algo muito profundo em relação ao ser humano e sua vocação fundamental. Existe uma intuição e um segredo muito profundos dentro do mistério eucarístico, que revelam algo fundamental do ser humano e que se revelam de maneira mais explícita e evocativa na corporeidade da mulher.

Por sua corporeidade aberta, a mulher pode evocar e transmitir experiências espirituais com as quais muitas vezes o homem tem mais dificuldade. Referimo-nos, por exemplo, à experiência de sentir-se esposa de Cristo, de viver o matrimônio espiritual ou a experiência central de ser fecundada pelo Espírito de Deus, dando corpo novo a Seu Verbo e



mediando, novamente a Encarnação para dentro do mundo¹⁴. Está claro que existem muitos homens na História da mística cristã que viveram em profundidade esta experiência. São em geral, homens que liberaram sua dimensão feminina, sua “*anima*” com relação a Deus¹⁵. Muitos destes místicos e diretores espirituais exímios, usaram o recurso lingüístico de referir-se ao ser humano, companheiro amoroso de Deus como “a alma”, introduzindo um vocábulo feminino para significar uma experiência que é oferecida por Deus a toda criatura humana, mas que na mulher toma uma dimensão mais explicitamente evocativa. Dar o próprio corpo em alimento é o modo que Deus mesmo escolheu para estar definitiva e sensivelmente presente no meio de seu povo. O pão que repartimos e comemos e que professamos ser o corpo de Jesus Cristo, nos refere ao grande mistério de sua encarnação, morte e ressurreição. É seu ser dado em alimento: é sua própria vida feita corporalmente fonte de vida para os cristãos. Mas é a mulher que tem, em sua corporeidade, a possibilidade física de realizar a divina ação eucarística. Por todo o processo de gestação, parto, proteção e nutrição de nova vida, temos o sacramento da eucaristia, o ato divino por excelência, sucedendo outra vez.¹⁶

Eucaristia: mistério de relação divina e humana

Para favorecer a que todas estas dimensões realmente tenham lugar na celebração eucarística, algumas atitudes são requeridas e mesmo necessárias por parte não apenas daqueles que presidem e organizam a liturgia, como por parte daqueles e daquelas que dela participam, quais sejam todos os fiéis, desde o mais principiante catecúmeno até as pessoas já maduras em sua caminhada cristã.

Quando o sacramento e, portanto, também a celebração eucarística deixa de atingir a pessoa numa zona muito profunda do seu ser (ao nível das virtudes teologais, da consciência da inabituação da presença do Espírito Santo em seu ser), todos os atos culturais, inclusive a participação e a

14 Ver a esse respeito as experiências de Sta. Teresa, da transverberação e do matrimônio espiritual. Ver também aquilo que Sto. Inácio recomenda ao exercitante no colóquio final da contemplação da Encarnação em seus *Exercícios Espirituais* (n.109), tentando dizer que, nele, o Verbo Eterno se encarna novamente.

15 Cf. São João da Cruz, São Francisco de Assis, São Bernardo, e outros.

16 Ver sobre esse tema da afinidade simbólica entre corporeidade feminina e Eucaristia, meu texto, apresentado no “*Festschrift*” de G. Gutiérrez, *Women in the Future of the Theology of Liberation*, in *The future of Liberation Theology. Essays in honor of Gustavo Gutiérrez*, Orbis Books, Maryknoll, New York, 1989, pp 473-490



celebração da Eucaristia, na mesma medida, perdem seu sentido, deixam de agradar a Deus, de ser sinal no meio do mundo e de produzir frutos de caridade para com o próximo.¹⁷

A atitude e as disposições requeridas por parte daqueles cristãos leigos que participam ativamente da celebração eucarística decorrem do conteúdo e significado mesmos do mistério celebrado. Trata-se da celebração do mistério pascal, ou seja, da morte e ressurreição do Senhor, fonte portanto de nossa salvação. A presença do Senhor no meio dos seus em cada celebração eucarística, reveste, portanto, sempre, um caráter especialíssimo, nunca suficientemente encarecido. Por mais que se trate da celebração da Encarnação de um Deus que entra em nossa história e em nossa vida cotidiana; por mais que se trate de cantar a vitória desse Deus sobre a morte que sobre Ele se abateu por força de Seu amor pela humanidade; trata-se também e não menos de celebrar sua entrega à morte que será o selo da vida por Ele vivida em prol da existência amorosa e resgatada do poder das trevas pelo Pai, que o proclama vivo para sempre na força do Espírito.

É, portanto, o momento mais densamente sagrado da vida cristã e que requer, por isso, atitudes condizentes por parte daqueles que dele se aproximam. A presença eucarística do Senhor no meio dos seus, portanto, deseja manifestar de modo sensível como o acontecimento de sua morte geradora de vida e que define o próprio Senhor penetra no coração de cada uma das existências dos que ali estão presentes. Deseja, ainda, mostrar como a comunidade por eles formada, expressa por esse banquete e essa comunhão, é uma realidade que atinge as camadas íntimas e trágicas da existência, ali onde a eternidade invade o tempo e sela para sempre o rumo da vida humana.¹⁸

Pelo poder de sua palavra criadora, que transforma a realidade nas suas profundezas mais íntimas, deixando intacta a experiência sensível e ordinária, é o Senhor mesmo que se oferece e se doa àqueles que celebram sua páscoa. Ao *tomar* seu corpo e sangue, estes e estas são, no entanto, ao mesmo tempo, *tomados* da inefável força reconciliadora que é a obediência de amor de seu Senhor, lançados no abismo ardente da santidade divina, envolvidos pelo amor que os une entre si. Devem então, obrigatoriamente, transformar-se em agentes da reconciliação,

17 Cf. E. RUFFINI, op. Cit. 491

18 K. RAHNER, *ibid*, pp 20-21



procurando a todo custo fazer a paz entre os desavindos e unir os que estão divididos.

Essa vivência do sacramento, portanto, preludia o banquete da eternidade, nessa mesa onde, desaparecidos os sinais terrenos, Deus se torna alimento eterno dos resgatados de modo direto, na plenitude deslumbrante da sua glória. É portanto um ato participante da própria eternidade de Deus, que volta os olhares e o desejo daqueles que o realizam para o Dia definitivo, quando o Senhor voltará e se fará presente em plenitude.

Trata-se, portanto, para a assembléia litúrgica, de celebrar a nova e eterna Aliança, como dom que permanece preenchendo e plenificando a orfandade humana até que o Senhor se faça plena e definitivamente presente. Nesse presente e nessa esperança ardente, não são indivíduos isolados realizando algum misterioso e ininteligível ritual, mas comunidade unida entre si pelos laços indelévels que representam o comer e o beber do corpo e do sangue do mesmo Senhor que faz de todos um só corpo, para a glória de Deus Pai.

O espírito que deve animar a comunidade reunida em assembléia é, portanto, um espírito de oferecimento, de oblação de si mesmos e de toda a comunidade, sem o qual o ato celebrado no plano meramente cultural pode tornar-se vazio e oco de sentido.¹⁹ A atitude interior dos fiéis não é a causa, é a condição mesma da graça sacramental. Eis porque a educação litúrgica faz parte integrante da educação e da formação cristãs.

Trata-se, no entanto, e sobretudo, de uma pedagogia para a experiência comunitária. A presença real de Jesus Cristo se estende a todas as formas da autêntica vida cristã com a qual os batizados fazem a salvação acontecer na história. Todas as vocações cristãs, portanto, recebem o seu real significado do mistério de Cristo, e isso é significado de maneira explícita e excelente na celebração eucarística. Nela o Cristo se oferece enquanto presença real a todos os que nele crêem e celebram seu mistério pascal.

O sentido profundo do alcance sagrado daquilo que é celebrado por parte da Assembléia deve, portanto, encontrar sua origem não apenas na santidade infinita e indizível do Mistério Santo do Deus que nunca ninguém viu mase se fez carne em Jesus de Nazaré, o qual agora se

19 Cf. *ibid.*, pg 59



oferece como comida e bebida aos seus. Mas também e não menos na radicalidade eclesial da vocação de batizados e do sacerdócio comum de todos os fiéis que devem ser formados para compreender que, celebrando a Eucaristia, estão mais e mais tecendo laços indestrutíveis de comunhão entre eles mesmos.

A ausência da atitude reverencial e do sentido do sagrado que se é chamado a ter durante a celebração propriamente dita na vida real e nas relações pessoais e comunitárias, tornaria inútil o gesto sacramental e não construiria o Reino de Deus, projeto maior para onde o sacramento aponta. A celebração cultural, portanto, clama pela sua tradução no plano da existência cristã: na fidelidade à oração pessoal, na saída de si e no serviço ao outro, na vida em caridade e em esperança.

A celebração eucarística deve portanto, ajudar a fazer essa ponte com a vida real. E ninguém melhor que os cristãos leigos para ajudar a que isso realmente se faça. Para isso muito ajuda que os fiéis possam trazer para a celebração os elementos concretos de sua vida cotidiana: seus instrumentos de trabalho, suas realizações, seus projetos, suas angústias e esperanças. Na América Latina, as celebrações acontecidas nas pequenas comunidades de base que se multiplicam pelo interior dos países, nas regiões mais pobres e desprovidas de quaisquer recursos, deixam perceber o imenso alcance que tem a vida concreta trazida como matéria da celebração. Em muitos países, comunidades latino-americanas, a procissão do ofertório é feita com um par de chinelos gastos pelo muito caminhar no duro trabalho de cada dia; ou pela presença dos instrumentos com que se lavra a terra: ancinho, enxada, pá, representando não apenas o trabalho realizado para arrancar da terra o sustento, mas a injustiça que suga a vida do trabalhador do campo; ou por uma camiseta perfurada de balas e manchada de sangue, testemunho e denúncia silenciosa de mais uma vítima da violência criminoso no campo e na cidade.

Toda esta realidade conflitiva e dura do dia a dia, vivida e testemunhada pelos cristãos leigos, é trazida ao altar e apresentada diante do Senhor, que é o Único que pode transfigurá-la no único sacrifício de Jesus Cristo. É o Único igualmente que pode resgatar sempre de novo a esperança de um povo massacrado pela opressão, que tem apenas em Deus o sopro que o mantém esperançoso e confiante na força da vida.

Sem minorar ou diluir o clima de respeito e reverência pela presença real divina, a liberdade dos filhos de Deus deve portanto poder encontrar



seu lugar nas celebrações, a fim de que o povo consiga expressar tudo que lhe vai no coração e uni-lo à oferenda de Cristo para ser consagrado e transubstanciado em Seu corpo e sangue.

A vida, portanto, deve estar unida indissolivelmente à celebração, sem a qual esta carecerá sempre de sentido para aqueles que a vivem. Pois, se é verdade que uma pedagogia da participação litúrgica encontra seu ponto de partida na experiência de participar da celebração e da proximidade do altar, é verdade igualmente que não é possível organizar o conjunto da pedagogia da fé unicamente a partir da celebração.

Tudo que brota da vida cristã pode e deve, sem dúvida, receber da celebração eucarística estímulos fecundos. Mas não, se tudo isso não for experimentado e compreendido por dentro, exercitado humilde e pacientemente na existência de cada dia, de maneira a ir formando a personalidade profunda das pessoas. Faltando essa experiência e prática do dia a dia, o cristão – e sobretudo o cristão leigo – será sempre incapaz de levar à celebração eucarística uma participação verdadeiramente pessoal e carregada com o peso de sua existência.²⁰

Após toda essa reflexão sobre as celebrações eucarísticas e a ministerialidade laical tal como acontecem em nossos dias, impõe-se uma palavra sobre o sentido que ainda toma hoje a chamada “piedade eucarística”, ou “espiritualidade eucarística”.

É preciso chegar a uma liturgia verdadeiramente digna daquilo que celebra, prenehe de sentido, autêntica e de grande envergadura. É mais do que necessário, igualmente, desenvolver de novo um sentido de devoção pela presença real de Jesus Cristo em nossas igrejas; fazer de novo do sacrário o centro da vida e da oração cristãs. Mas é preciso igualmente estar muito conscientes de que isso não acontecerá – ou seja, o mistério eucarístico não terá condições de atingir o coração humano – favorecendo uma devoção reverente e constante à presença de Cristo no sacramento, facilitando uma participação verdadeira na celebração eucarística, se não se realiza um trabalho sério e profundo de educação para toda a vida cristã. E isso implica educar os cristãos para que façam uma verdadeira experiência de Deus, que possam ser introduzidos e acompanhados em sua vida interior, iniciá-los com seriedade e profundidade na prática fiel da oração, na reverência e adoração para

20 Ibid pp 62-63



com Deus, na partilha dos sentimentos com um acompanhante espiritual e com sua comunidade de pertença.²¹

Isso aponta para o que a Assembléia do Episcopado Latino-americano, reunida em Santo Domingo, em 1992, chamou de protagonismo dos leigos, sem o qual não haverá nova evangelização.²²

Assim, nossas celebrações eucarísticas terão condição de serem idealmente o que são chamadas a ser: o lugar onde se experimenta e se encontra no grau máximo a fé, a esperança e a caridade, vividas e experimentadas na comunidade eclesial em todos os seus segmentos. Assim também, práticas devocionais como a visita ao Santíssimo Sacramento, poderão reencontrar o lugar que lhes cabe dentro das práticas espirituais cristãs: um lugar que não é o de uma devoção privada, que seja um fim em si mesma, mas uma prática que seja um prolongamento do encontro dialógico da celebração, cujo conteúdo já foi fixado pelo mesmo Senhor Jesus Cristo ao instituir a Eucaristia.

Neste sentido, a visita e a adoração ao Santíssimo Sacramento passariam a significar o reconhecimento e a plena adesão ao mesmo dinamismo que levou o próprio Senhor a fazer-se presente na Eucaristia: “fazer-se grande tornando-se pequeno, afirmar-se dando-se, ganhar a própria vida perdendo-a”.²³

Programa para toda uma vida, programa para que a ministerialidade laical encontre lugar e oportunidade para uma vivência e uma atuação ao mesmo tempo inovadora, criativa, e fiel ao sentido mais profundo do mistério eucarístico.

Endereço da Autora:

PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225

Prédio Cardeal Leme, Sala 1063 L

Gávea, Rio de Janeiro

E-mail: agape@rdc.puc-rio.br

21 Ibid pg 65

22 Cf. Documento de Santo Domingo, n. 107

23 E. RUFFINI, op. Cit., 489